

MUNICÍPIO DE MAÇÃO

PROTEÇÃO DE DADOS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

FICHA DE INFORMAÇÃO SOBRE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

PROCEDIMENTOS CONCURSAIS E DE SELEÇÃO E RECRUTAMENTO – CANDIDATOS

cm-macao.protecaodedados.pt/p/informacao/

IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO	
Referência	#PEPD - 0415-20260302 - @CM-Macao - FITD - Candidatos
Classificação	Documento Público
Data de Elaboração	2 de março de 2026
Versão	1.0 – Março de 2026
Autor	Encarregado da Proteção de Dados
Destinatário	Publicação na Plataforma de Proteção de Dados Municipal

O Município de Mação procede ao tratamento dos dados pessoais de candidatos em procedimentos concursais e de seleção e recrutamento de recursos humanos, de acordo com as normas aplicáveis em matéria de proteção de dados e da legislação laboral, designadamente o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), a Lei de Execução do RGPD (LERGD), o Código do Trabalho, a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (Lei n.º 35/2014, de 20 de junho) e demais legislação aplicável à administração local, sendo o tratamento de dados realizado nos seguintes parâmetros:

1. Responsável pelo Tratamento

Município de Mação (doravante designado por Município ou CM-Mação), pessoa coletiva de direito público com o NIPC 506 814 343, com sede na Rua Padre António Pereira Figueiredo, 6120-750 Mação, telefone (+351) 241 577 200, correio eletrónico geral@cm-macao.pt e sítio eletrónico www.cm-macao.pt.

2. Contactos do Encarregado da Proteção de Dados

O Município de Mação designou um Encarregado da Proteção de Dados (EPD) externo, nos termos do artigo 37.º, n.º 6, do RGPD, estando disponível através do endereço de correio eletrónico institucional protecaodedados@cm-macao.pt, do endereço direto manuel.melo@dataprotectionofficer.pt, do telemóvel (+351) 911 879 220 e do telefone geral (+351) 213 243 750. O Encarregado da Proteção de Dados pode igualmente ser contactado presencialmente, mediante agendamento prévio, na sede do Município, ou através da Plataforma de Proteção de Dados Municipal em cm-macao.protecaodedados.pt/p/suporte/.

3. Categorias de Titulares de Dados

Candidatos a procedimentos concursais de recrutamento para o Município de Mação, incluindo candidatos a procedimentos concursais comuns, candidatos a mobilidade interna ou externa, candidatos a contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado ou a termo, candidatos a estágios profissionais ou curriculares, candidatos a programas de emprego promovidos pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e outras entidades, e candidatos a outras formas de prestação de trabalho admitidas por lei.

4. Dados Pessoais a Tratar

Categorias gerais de dados pessoais, tais como dados de identificação (nome completo, estado civil, números de identificação civil, fiscal e de segurança social, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, fotografia), dados de contacto (morada postal, endereço de correio eletrónico, números de telefone), dados de habilitações académicas (graus académicos, instituições de ensino, áreas de formação, classificações), dados de habilitações técnicas e profissionais (certificações, formações complementares, licenças profissionais), dados de experiência profissional (funções desempenhadas, entidades empregadoras, períodos de exercício), dados curriculares constantes do curriculum vitae e de outros documentos de candidatura, dados de avaliação (resultados de provas de conhecimento, avaliações psicológicas quando legalmente previstas, entrevistas profissionais de seleção), e outros dados relevantes para a avaliação da candidatura previstos na lei ou no aviso de abertura do procedimento concursal.

[Em circunstâncias específicas e com fundamento legal apropriado, designadamente quando exigido por lei para determinadas funções, podem ser tratados dados relativos a condenações penais e infrações,

certificados de registo criminal, ou dados relativos à saúde para avaliação da aptidão física e psíquica para o exercício de funções.]

5. Contexto e Finalidade do Tratamento

Os dados pessoais dos candidatos são tratados exclusivamente para as finalidades inerentes ao processamento e gestão dos procedimentos concursais e de seleção e recrutamento, designadamente: receção e registo de candidaturas; verificação dos requisitos de admissão; análise e avaliação curricular; aplicação de métodos de seleção previstos na lei (provas de conhecimento, avaliação psicológica, entrevista profissional de seleção, avaliação curricular); elaboração de listas de ordenação e de classificação final; notificação dos candidatos sobre o estado do procedimento e os resultados; eventual celebração de contrato de trabalho em funções públicas; cumprimento de obrigações legais; e exercício ou defesa de direitos em processos judiciais ou administrativos relacionados com o procedimento concursal.

6. Fundamento Jurídico

O tratamento dos dados pessoais de candidatos tem como fundamento jurídico o cumprimento de obrigações jurídicas a que o Município está sujeito, designadamente as decorrentes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (Lei n.º 35/2014), da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, e demais legislação aplicável aos procedimentos concursais na administração pública (artigo 6.º, n.º 1, alínea c), do RGPD); o exercício de funções de interesse público (artigo 6.º, n.º 1, alínea e), do RGPD); a execução de medidas pré-contratuais adotadas a pedido do candidato (artigo 6.º, n.º 1, alínea b), do RGPD); e, para finalidades específicas não abrangidas pelos fundamentos anteriores, o consentimento livre, específico, informado e inequívoco do candidato (artigo 6.º, n.º 1, alínea a), do RGPD).

7. Consequências do Não Fornecimento dos Dados

O fornecimento dos dados pessoais exigidos no aviso de abertura do procedimento concursal e na legislação aplicável é obrigatório para a apresentação e admissão da candidatura. O não fornecimento dos dados obrigatórios determina a exclusão da candidatura, nos termos da legislação aplicável. O não fornecimento de dados de carácter facultativo, quando existam, não impede a continuação do procedimento concursal, mas poderá limitar a avaliação integral do perfil do candidato.

8. Destinatários

Os dados pessoais dos candidatos são tratados internamente pelos trabalhadores do Município envolvidos na gestão dos procedimentos concursais, pelos membros dos júris de seleção, e pelos dirigentes com competência na matéria, todos devidamente autorizados e vinculados a obrigações de confidencialidade. Para a prossecução de determinadas finalidades, o Município pode recorrer a prestadores de serviços externos, designadamente plataformas de gestão de procedimentos concursais, empresas de avaliação psicológica quando legalmente prevista, e prestadores de serviços de tecnologias de informação. Os dados podem ainda ser comunicados à Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP), à Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (ESPAP), à Autoridade para as Condições do Trabalho, e a outras autoridades públicas quando legalmente exigido. As listas de candidatos

admitidos e excluídos, as atas dos júris e as listas de ordenação final são objeto de publicação nos termos da lei.

9. Transferências Internacionais

Não são realizadas operações de transferência de dados pessoais de candidatos para países terceiros fora do Espaço Económico Europeu, salvo quando tal decorra da utilização de plataformas tecnológicas que o exijam, caso em que são implementadas as garantias adequadas previstas no RGPD.

10. Medidas de Segurança

Estão implementadas medidas de segurança técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança apropriado ao risco do tratamento de dados pessoais de candidatos, incluindo controlos de acesso rigorosos aos sistemas de gestão de candidaturas, cifragem de dados em trânsito e em repouso quando tecnicamente apropriado, medidas de segurança física para proteção de documentos de candidatura em formato papel, e procedimentos de eliminação segura de dados quando decorridos os prazos de conservação.

11. Local de Recolha de Dados

Os dados pessoais são recolhidos através de candidaturas apresentadas por via eletrónica (plataformas de recrutamento, correio eletrónico), por via postal ou presencialmente nos serviços municipais, e durante as fases de aplicação dos métodos de seleção (provas, entrevistas, avaliações). Em todos os contextos é garantida a transparência, a privacidade e a integridade dos dados recolhidos.

12. Prazo de Conservação

Os dados pessoais dos candidatos selecionados são integrados no processo individual de trabalhador e conservados de acordo com os prazos aplicáveis ao contexto laboral. Os dados dos candidatos não selecionados são conservados pelo período legalmente exigido ou, na ausência de disposição legal específica, por um período de [doze meses] após a homologação da lista de ordenação final, tendo em conta os prazos de impugnação administrativa e judicial aplicáveis. Decorridos os prazos de conservação, os dados são eliminados de forma segura e irreversível.

13. Comunicação de Dados

As listas de candidatos admitidos e excluídos, as listas unitárias de ordenação final e as atas dos júris são objeto de publicação e notificação nos termos da legislação aplicável aos procedimentos concursais na administração pública. Com exceção destas situações e das comunicações legalmente obrigatórias a autoridades públicas, não são realizadas operações de comunicação de dados pessoais de candidatos a terceiros.

14. Decisões Automatizadas

No âmbito dos procedimentos concursais do Município, não são tomadas decisões baseadas exclusivamente em tratamento automatizado que produzam efeitos jurídicos ou que afetem significativamente os candidatos. A avaliação de candidaturas e a aplicação dos métodos de seleção envolvem sempre intervenção humana qualificada.

15. Direitos do Titular dos Dados

O titular dos dados tem o direito de solicitar ao Município de Mação, nos termos e condições previstos no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, o acesso aos seus dados pessoais, incluindo o direito de obter confirmação de que os dados que lhe digam respeito são ou não objeto de tratamento e, se for esse o caso, o acesso aos dados e a informações sobre o tratamento (artigo 15.º do RGPD); a retificação dos dados pessoais inexatos ou a completude de dados incompletos (artigo 16.º do RGPD); o apagamento dos dados pessoais, quando se verifiquem os fundamentos legalmente previstos (artigo 17.º do RGPD); a limitação do tratamento quando se verifiquem os fundamentos legalmente previstos (artigo 18.º do RGPD); a portabilidade dos dados, consistindo no direito de receber os dados pessoais que lhe digam respeito num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, e o direito de transmitir esses dados a outro responsável pelo tratamento, quando tecnicamente possível (artigo 20.º do RGPD); a oposição ao tratamento dos seus dados pessoais quando este se basear em interesses legítimos do responsável pelo tratamento ou de terceiros, incluindo a oposição ao tratamento para efeitos de marketing direto (artigo 21.º do RGPD); quando o tratamento se basear no consentimento, o direito de retirar o consentimento a qualquer momento, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado (artigo 7.º, n.º 3, do RGPD); e o direito de não ficar sujeito a nenhuma decisão exclusivamente baseada no tratamento automatizado, incluindo a definição de perfis, que produza efeitos na sua esfera jurídica ou que o afete significativamente de forma similar (artigo 22.º do RGPD).

Para exercer qualquer destes direitos, o titular dos dados deve dirigir-se ao Encarregado da Proteção de Dados através dos contactos indicados na presente ficha informativa ou através dos formulários disponíveis em cm-macao.protecaodedados.pt/p/formularios/. O Município compromete-se a responder aos pedidos de exercício de direitos no prazo máximo de trinta dias a contar da receção do pedido, podendo este prazo ser prorrogado por mais sessenta dias se necessário, tendo em conta a complexidade e o número de pedidos, sendo o titular dos dados informado dessa prorrogação e dos respetivos motivos, nos termos do artigo 12.º, n.º 3, do RGPD.

16. Direito de Reclamação à Autoridade de Controlo

Sem prejuízo de qualquer outro recurso administrativo ou judicial, o titular dos dados tem o direito de apresentar reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), autoridade de controlo em matéria de proteção de dados pessoais em Portugal, nos termos do artigo 77.º do RGPD. Os contactos da CNPD são os seguintes: morada na Avenida D. Carlos I, n.º 134, 1.º, 1200-651 Lisboa; telefone (+351) 213 928 400; correio eletrónico geral@cnpd.pt; sítio eletrónico www.cnpd.pt. O Município incentiva os titulares dos dados a contactarem em primeiro lugar o Encarregado da Proteção de Dados para esclarecimento de dúvidas ou resolução de questões, sem prejuízo do direito de apresentar reclamação diretamente à autoridade de controlo.

17. Endereço para Exercício de Direitos

Para solicitar qualquer informação adicional sobre o tratamento de dados pessoais, apresentar reclamações, exercer direitos ou comunicar incidentes de segurança da informação, os titulares dos dados devem contactar o Encarregado da Proteção de Dados através do endereço de correio eletrónico institucional protecaodedados@cm-macao.pt, do endereço direto manuel.melo@dataprotectionofficer.pt, ou através do formulário específico para exercício de direitos disponível na Plataforma de Proteção de Dados Municipal em cm-macao.pt/protecaodedados.pt/p/formularios/.

18. Política de Proteção de Dados

As operações de tratamento de dados pessoais pelo Município de Mação são realizadas de acordo com as Políticas de Privacidade e Proteção de Dados adotadas pelo Município, que se encontram disponíveis para consulta na Plataforma de Proteção de Dados Municipal em cm-macao.pt/protecaodedados.pt/p/politicas/. A presente ficha informativa deve ser lida em conjunto com a Política de Proteção de Dados Geral do Município e constitui um instrumento de transparência e de cumprimento das obrigações de informação previstas nos artigos 13.º e 14.º do RGPD.

19. Alterações à Presente Ficha Informativa

O Município de Mação reserva-se o direito de alterar a presente ficha informativa sempre que tal se revele necessário ou apropriado, designadamente em resultado de alterações legislativas ou regulamentares, de alterações nas práticas de tratamento de dados da organização, ou de recomendações ou orientações emitidas pelas autoridades de controlo. Sempre que sejam introduzidas alterações materiais que afetem significativamente os direitos dos titulares dos dados, será disponibilizada na Plataforma de Proteção de Dados Municipal uma versão atualizada com indicação clara da data da última revisão.

O Encarregado da Proteção de Dados

Manuel Melo

Encarregado da Proteção de Dados do Município de Mação

E-mail: protecaodedados@cm-macao.pt | manuel.melo@dataprotectionofficer.pt

Data da última atualização: março de 2026

Versão: 2026.03